



## 9º Seminário de Extensão

### ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA NA UNIMEP: 10 ANOS DE PARTICIPAÇÃO CRÍTICA E PROPOSITIVA

#### Autor(es)

---

MARCIA APARECIDA LIMA VIEIRA

#### Orientador(es)

---

#### 1. Introdução

---

A temática do analfabetismo no Brasil é debatida há muito tempo. Algumas iniciativas prometiam resolver a questão ou pelo menos minimizar o quadro que se apresentava e continua se apresentando extremamente preocupante. Neste sentido, diversos Programas e Campanhas aconteceram. Muitas foram as expectativas, porém poucos foram os resultados obtidos. A desigualdade social e a exclusão evidenciam-se no meio educacional especialmente quanto ao acesso ou, ao se tratar da Educação de Jovens e Adultos, a falta de acesso das populações empobrecidas à Educação. No que se refere à alfabetização de jovens e adultos no Brasil, as ações têm sido realizadas a partir de campanhas: 1947 - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos; 1958 - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo; 1961 - Movimento de Educação de Base (MEB); 1964 - Programa Nacional de Alfabetização; 1967-1984 - Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); 1985 - Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Educar; 1990 - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC); 1997 - Programa Alfabetização Solidária (ALFASOL); 2003 - Programa Brasil Alfabetizado (BA). Estas campanhas e programas, por seu caráter transitório, geralmente, confirmam uma percepção comum do analfabeto de que a educação não é um direito, pois, a alfabetização deve acontecer em alguns meses, e depois de concluído esse processo, não há perspectiva de continuidade de estudos, o que acaba por negar o próprio direito, ao restringí-lo à um período pré-determinado. Esta negação do direito pode reforçar no analfabeto a sensação de necessidade de assistência e contribuir para o sentimento de fracasso e culpa por sua própria situação de exclusão, retirando a historicidade de sua condição, desconsiderando o processo que leva o sujeito a viver a negação dos direitos básicos. As pessoas que vivem essa situação são, muitas vezes, vítimas da ideologia do fracasso individual, pois os analfabetos muitas vezes sentem-se culpados por sua condição, ou seja, sentem vergonha de ser analfabetos e viverem numa sociedade que cada vez mais valoriza o saber acadêmico em detrimento do saber popular. Desconhecem que, entre outros, o direito à educação lhes foi negado. Nesse sentido, no Mapa do Analfabetismo no Brasil, divulgado em maio de 2003 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2003), afirma-se que a distribuição da educação e do analfabetismo é um retrato das disparidades na distribuição de renda, pois o analfabetismo não se distribui

entre todas as classes sociais de maneira homogênea. Pelo contrário, o analfabetismo tem taxa inferior a 1,5% entre a população que possui renda de mais de 10 (dez) salários mínimos e chega a atingir 28,8% da população que possui renda mensal de até 1 (um) salário mínimo: No Nordeste, essa situação é mais dramática: a taxa de analfabetismo das famílias mais pobres é vinte vezes maior que aquela das famílias mais ricas (INEP, 2003, p. 11). O Brasil, de acordo com o Mapa do Analfabetismo, ao apresentar uma das piores formas de distribuição de renda do mundo, não poderia demonstrar quadros diferentes de alfabetização e Educação de sua população, pois distribuição de renda e educação são duas ações que caminham juntas (INEP, 2003, p. 11). Em meio a um quadro de instabilidade, em que a Educação de Jovens e Adultos estava legalmente sob a responsabilidade do Poder Público, mas este se desobrigava desta responsabilidade, surgiu, em 1997, o Programa Alfabetização Solidária, que, num modelo inédito de parcerias entre MEC, Empresas e Universidades, assume o desafio de reduzir os índices de analfabetismo.

## **2. Objetivos**

---

Há mais de 20 anos a UNIMEP, por meio do NEPEP – Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular, tem atuado em programas e projetos na área de Educação Popular. Nestas ações, merece destaque a atuação em programas e projetos de Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos, dentre estes, o Programa Alfabetização Solidária. Nesta atuação há diversos aspectos desafiadores, entres estes destacamos: o caráter transitório e pontual conferido ao processo de alfabetização; a atuação de alfabetizadores leigos, que, apesar de participarem do curso de capacitação sentem dificuldades para alfabetizar num período comprovadamente restrito em termos pedagógicos. Estes aspectos foram objeto de reflexão em outros trabalhos. Assim, neste artigo, nosso propósito é refletir sobre nossa própria atuação nestes 10 anos do programa.

## **3. Desenvolvimento**

---

O Programa Alfabetização Solidária propõe a ativa participação da sociedade mobilizando parcerias no âmbito do governo e da sociedade civil, visando a redução do analfabetismo, em especial nas regiões Norte e Nordeste. O projeto piloto é iniciado em 38 municípios brasileiros com os maiores índices de analfabetismo do país. Segundo o documento de implantação do programa, a meta é que estas regiões, que possuem índices de analfabetismo alarmantes, possam ter seus índices pelo menos equiparados à média nacional. Para atingir este intuito o Programa conta com parcerias do Governo Federal, por meio do MEC - Ministério da Educação, das empresas que fornecem os recursos para execução do Programa, e das Universidades que são responsáveis pela realização da viagem precursora aos municípios com intuito de reconhecimento da realidade e estabelecimento de contato com a comunidade local, pela formação inicial e continuada dos alfabetizadores, elaboração e implantação da Proposta Pedagógica, acompanhamento e avaliação do processo pedagógico, realizadas através de visitas mensais, além do registro e da sistematização de todas estas etapas em relatórios encaminhados à Coordenação Executiva do Programa. Um dos méritos do Programa Alfabetização Solidária é o de ter sensibilizado as Universidades, ao contar com a participação de mais de 200 Instituições de Ensino Superior de todo o país, para a questão do analfabetismo e da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, fazendo com que estas passassem a realizar reflexões sistematizadas em monografias, dissertações e teses, pois até então, no meio acadêmico esta modalidade de ensino também era desconsiderada, com raríssimas produções. No contato direto com estas realidades pode-se aprender a educar diante de situações adversas, para as quais o meio acadêmico na maioria das vezes não possui respostas e, são situações como estas que trazem a este meio desafios que o levam à reflexão e à reformulação da prática pedagógica. Desta forma, o Programa desafia a Universidade a atuar e reagir diante do analfabetismo e, ao deparar-se necessariamente com a exclusão social de grande parte da população brasileira. Toda esta problemática leva os que atuam no Programa a um posicionamento que vai além da formação profissional, pois reflete-se na vida das pessoas que acompanharam o Programa. Atuamos em municípios dos estados do Acre, Espírito Santo, Goiás e especialmente do Piauí, estado em que atuamos durante 8 anos consecutivos nos quais estivemos em 14 municípios. O momento mais marcante de todo esse processo são as visitas às salas de aula, nas quais percebemos todo o sentido do

trabalho realizado. O aluno se esforça, o professor se desdobra e todos aprendem uns com os outros. O espaço da sala de aula é de debate, reflexão, o clima é sempre alegre, todos participam, falam de coisas muito suas, da própria realidade, da vida na roça, da luta pela água e a aula noturna é o momento do encontro. Encontro este que se configura na oportunidade, em muitos casos única, de convivência, diálogo e cumplicidade entre pessoas que no cotidiano nem sempre tem oportunidade de conversar e discutir a própria realidade. Assim, as aulas não servem apenas para alfabetizar, vão além ao tornar o cotidiano menos hostil. Outro fator importantíssimo é a demanda pelo Ensino Fundamental gerada pelos alunos egressos do Programa Alfabetização Solidária. Estes, uma vez conscientes de sua capacidade de aprender e de seu direito à Educação, cobram das administrações municipais a continuidade de estudos. Portanto, percebemos que o Programa, ao mobilizar esforços para a alfabetização dos adultos analfabetos, cria condições para que estes alunos passem a valorizar e a reconhecer o papel da Educação em suas vidas, proporciona ainda condições para que os alunos se organizem e se mobilizem na conquista de seus direitos. Assim, é a partir do próprio aluno alfabetizando que podemos perceber a dimensão do Programa Alfabetização Solidária nas comunidades carentes em que este está inserido. O Programa não surge como uma reivindicação da população, mas a medida em que este se consolida nos municípios a continuidade de estudos passa a ser reivindicada pelos alunos egressos do Programa. Em outras palavras a concepção de Educação muda: passa de favor à direito.

#### **4. Resultados**

---

Durante este período de atuação da UNIMEP no Programa Alfabetização Solidária contamos com mais de uma centena de graduandos das diversas áreas do conhecimento, especialmente do Curso de Pedagogia e dos demais Cursos de Licenciatura da Universidade, atuando nas diversas etapas do Programa. Esta participação gerou inúmeras reflexões que sempre foram debatidas em grupos de estudo, formado por professores e alunos interessados em conhecer melhor, refletir sobre Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos no NEPEP. Na coordenação destes grupos, nossa opção sempre foi trabalharmos com autores que realizam críticas ao atual modelo de sociedade, em nosso entender as pessoas somente poderão alterar a realidade em que vivem quando forem capazes de reconhecê-la e este reconhecimento pressupõe o acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade proporcionada pela Educação. Reconhecíamos e reafirmávamos nossa crença de que somos sujeitos históricos responsáveis pelos processos que vivenciamos e a nossa atual condição é fruto de múltiplas determinações em que estamos inseridos, cabendo a nós educadores valorizarmos a história de cada aluno, os quais, influenciados pela ação ideológica dos que querem nos fazer acreditar que somos fruto do meio em que vivemos e que nada poderemos fazer para alterar a realidade. Entre os autores com os quais trabalhamos, temos nas concepções de Paulo Freire a base de nossas reflexões e estudos e o elegemos como nossa referência no direcionamento do olhar que pretendemos dedicar à Educação, especialmente devido ao vínculo que este autor estabelece entre educação, política e sociedade. Nestes grupos de estudo percebemos que ao possibilitar o acesso de acadêmicos a realidades tão distantes geograficamente e tão próximas em situações de vida, o Programa Alfabetização Solidária permitiu ao graduando um repensar sobre sua formação e uma maior exigência deste em relação a seu próprio compromisso social. Interessante percebermos que a oportunidade de atuar no interior do Estado do Piauí, por exemplo, permitiu-nos voltar o olhar a nossa própria realidade.

#### **5. Considerações Finais**

---

Reconhecemos, portanto as limitações do Programa e que este não assume a problemática do analfabetismo e da própria alfabetização em sua totalidade. Mas, ao envolver mais de 200 Instituições de Ensino Superior o Programa permite que as IES se tornem comprometidas com esta questão proporcionando debate acadêmico há muito necessário. Ao concebermos a Educação como indispensável à conquista da cidadania, não podemos limitá-la à alfabetização, tampouco esta deve ocorrer num período previamente definido, pois o direito não pode ser confundido com concessão. Em nossos relatórios nunca nos esquivamos a estas questões. Dentre nossas conquistas podemos enumerar a abertura de salas em

Piracicaba e região no Projeto Grandes Centros Urbanos desde o projeto piloto, em 1999, quando enviamos dados do município de Piracicaba que demonstravam em números absolutos o imenso contingente de analfabetos que ainda possuímos, a reivindicação insistente pela permanência de alfabetizadores e alfabetizandos, o que contribuiu para um salto qualitativo do programa, pois estes alfabetizadores tinham a oportunidade de consolidar suas práticas de modo mais efetivo e os alunos continuavam nas salas como ouvintes, tendo a oportunidade de aprimorar a aprendizagem da leitura e da escrita, recém-adquirida. Percebemos que esta aprendizagem acumulada no Programa Alfabetização Solidária foi considerada na elaboração da proposta do Programa Brasil Alfabetizado, que teve como ponto de partida a experiência anterior, inclusive firmando parcerias com este. Assim, pode avançar em questões cruciais para que após a alfabetização os alunos tenham pleno acesso à continuidade de estudos, o que temos a expectativa que se concretize com a implantação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que passa a incluir alunos adultos no financiamento da educação. Portanto, nestes 10 anos de atuação no Programa Alfabetização Solidária assumimos inúmeros desafios, um deles, fruto do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, foi o convite feito a pouquíssimas universidades para atuar internacionalmente, em nosso caso, em Moçambique na África. Desta forma, durante este período, acumulamos experiências e aprendizagens imensuráveis as quais nos instigam a continuar buscando novos desafios, estes nos constituem e são parte de nossa história.

## Referências Bibliográficas

---

ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA – **Informativo Universidades**, Brasília: Conselho Consultivo do Programa Alfabetização Solidária, 1998;

\_\_\_\_\_. **Princípios Orientadores para a Elaboração de Proposta Político-Pedagógica**. Brasília: Conselho Consultivo do Programa Alfabetização Solidária, Coordenação de Universidades, 1999;

INEP/ MEC. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília, 2003. Disponível no site do INEP: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em 20/03/2004 12h10min.

VIEIRA, M. A. L. **Poder público e Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização Solidária, primeiros passos de um programa antigo**. Dissertação de Mestrado, Piracicaba SP, UNIMEP, 2001;

\_\_\_\_\_. **Educação de Adultos, Analfabetismo e Pobreza em Moçambique. Tese de Doutorado, Piracicaba SP, UNIMEP, 2006.**